

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

Bolsista: Mateus Marinho Annis Araújo Oliveira

Linha de Pesquisa: Observatório de Direitos Humanos da América Latina

Período de Coleta: 01 de fevereiro de 2023 até 28 de fevereiro de 2023

Data da notícia: **01/02/2023**

Título: Movimento grevista de terceirizados da Refap avança na luta por melhores condições de trabalho

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/01/movimento-grevista-de-terceirizados-da-refap-avanca-na-luta-por-melhores-condicoes-de-trabalho>

Após dois dias de paralisação na luta por maiores salários e melhores condições de trabalho, trabalhadores terceirizados de empresas que prestam serviços para a Petrobras na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), através de representações sindicais, conquistaram uma via de diálogo em mediação realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), na tarde desta terça-feira (31). Entre as reivindicações está a equiparação do salário pago em outras refinarias do país, que no RS chega a ser 30% menor, além de outros benefícios.

O movimento iniciou na segunda-feira (30), quando de forma espontânea os trabalhadores entraram em estado de greve, paralisando atividades e iniciando manifestação frente à empresa, que fica na BR-116, em Canoas (RS). Os grevistas atuam nas empresas Estrutural, Estel, Engevale, Manserv, Contratec e Darcy Pacheco, que somam cerca de 4,5 mil trabalhadores na Refap.

Conforme o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC), Paulo Chitolina, a mediação ocorreu no sentido de oficializar o movimento grevista, visto que os trabalhadores iniciaram a manifestação por fora do movimento sindical. “Não teve aviso de 48h antes para informar a greve, então na segunda-feira de tarde notificamos as empresas, mas elas entraram no tribunal com pedido de abusividade de greve, então ontem teve a mediação”, explica.

Chitolina informa que ficou acordada a suspensão da paralisação, mantendo o estado de greve. Na manhã de quinta-feira (2), ocorre nova mediação no TRT4, quando então será debatida a pauta específica dos trabalhadores. Além do STIMMEC, também participam das negociações o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (STICC) e a comissão dos trabalhadores terceirizados.

Data da notícia: **02/02/2023**

Título: Ibama cria estrutura interna para combate ao garimpo ilegal em território Yanomami

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/02/ibama-cria-estrutura-interna-para-combate-ao-garimpo-ilegal-em-territorio-yanomami>

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) criou uma Sala de Situação e Controle da Terra Indígena Yanomami para coordenar, planejar e acompanhar as ações de combate ao garimpo ilegal no interior do maior território de usufruto exclusivamente indígena do país.

O grupo funcionará junto à Superintendência do Ibama em Boa Vista (RR) e será coordenado por servidor que será indicado pela Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do instituto, que poderá propor a formação de uma equipe de auxiliares.

Caberá ao coordenador da sala de situação acompanhar e apoiar os coordenadores operacionais das bases de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami; avaliar os trabalhos de combate ao garimpo ilegal e realizar a interlocução com outras instituições públicas envolvidas com o combate ao garimpo ilegal.

O coordenador da sala de situação também ficará encarregado de receber e catalogar bens apreendidos depositados na Superintendência do Ibama em Roraima; organizar processos administrativos relacionados à Terra Indígena Yanomami e elaborar um relatório final sobre as ações realizadas.

Segundo o texto da Portaria nº 20, publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (2), a sala de situação para acompanhar as ações de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami funcionará por 180 dias, prazo que pode ser prorrogado.

A medida faz parte de um conjunto de ações que órgãos federais vêm anunciando desde que o Ministério da Saúde, no último dia 21, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional para combater a crise sanitária e humanitária que afeta os povos do território indígena Yanomami, em Roraima.

Data da notícia: **02/02/2023**

Título: Governo recebeu denúncias de que pelo menos 30 jovens Yanomami estão grávidas de garimpeiros

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link:<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/02/governo-recebeu-denuncias-de-que-pelo-menos-30-jovens-yanomami-estao-gravidas-de-garimpeiros>

Denúncias mostram que pelo menos 30 meninas e adolescentes Yanomami estariam grávidas, vítimas de abusos cometidos por garimpeiros em Roraima, informou o secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves.

Alves disse que os relatos foram apresentados pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) em reunião com comitiva do governo federal, na última segunda-feira (30), na sede do Distrito Especial Yanomami de Roraima. Representantes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Coordenação de Operações Emergenciais do Ministério da Saúde também participaram do encontro e estão acompanhando os casos.

“Pedimos mais informações ao CIR para termos os nomes das jovens e solicitarmos apurações dos possíveis estupros de vulneráveis para a Polícia Civil de Roraima, Polícia Federal e para o Ministério Público Federal”, informou o secretário.

Alves disse ainda que há relatos de seis casos suspeitos de acolhimento irregular de crianças Yanomami, sendo que, em dois casos, os processos de adoção estariam em andamento por famílias não Yanomami. “As entidades CIR e Hutukara informaram que estariam ocorrendo arbitrariedades e irregularidades. Estamos aguardando os advogados das entidades nos encaminharem um maior detalhamento dos casos.”

Segundo o secretário, os relatos das entidades mostram que os governos federal, estadual e municipal negligenciaram a proteção e a prestação de atendimento aos povos indígenas da região nos últimos anos, inclusive vacinação de crianças e distribuição de alimentos.

“Nossa missão é apurar falhas nas políticas públicas de proteção aos indígenas. Estamos verificando, além das causas da mortalidade infantil, 570 mortes de crianças por causas evitáveis nos últimos quatro anos, mas também possíveis adoções ilegais de crianças indígenas, acolhimentos irregulares de crianças em abrigos, abusos sexuais, exploração sexual infantil, falhas no atendimento à saúde de gestantes, crianças e enfrentamento da desnutrição das crianças indígenas na primeira infância”, afirmou.

Data da notícia: **03/02/2023**

Título: **Mineração em terras indígenas da Amazônia aumentou 1.217% nos últimos 35 anos**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link:<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/03/mineracao-em-terras-indigenas-da-amazonia-aumentou-1-217-nos-ultimos-35-anos>

A mineração em terras indígenas na Amazônia Legal aumentou 1.217% nos últimos 35 anos, saltando de 7,45 quilômetros quadrados (km²) ocupados por essa atividade em 1985 para 102,16 km² em 2020. Quase a totalidade (95%) dessas áreas de garimpo ilegal está concentrada em três terras indígenas: Kayapó, seguida pela Munduruku e a Yanomami.

Os dados são de um estudo feito por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Universidade do Sul do Alabama, dos Estados Unidos. Os resultados do trabalho foram publicados na revista Remote Sensing.

"Observamos um crescimento constante da mineração em terras indígenas entre 1985 e 2020, que se agravou a partir de 2017. Naquele ano, o garimpo ilegal ocupava 35 km² em terras indígenas e, em 2020, saltou para quase 103 km²", diz à Agência FAPESP Guilherme Augusto Verola Mataveli, pós-doutorando na Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Inpe, bolsista da FAPESP e primeiro autor do estudo.

Outros autores do artigo são Michel Eustáquio Dantas Chaves, também pesquisador do Inpe, e Elton Vicente Escobar Silva, doutorando na instituição.

A fim de identificar as áreas de mineração em terras indígenas, os pesquisadores usaram um conjunto de dados referentes ao período de 1985 a 2020 fornecido pelo projeto MapBiomass – uma rede colaborativa formada por organizações não governamentais, universidades e startups de tecnologia que mapeia a cobertura e o uso do solo no Brasil.

A iniciativa classifica o tipo de uso e cobertura da terra em todo o Brasil por meio da análise automática, feita por algoritmos, de imagens obtidas por satélites, com resolução espacial de 30 metros.

"Com base na classificação automática das imagens, o sistema é capaz de distinguir uma área de floresta de outra com mineração consolidada, que tem solo exposto e características muito diferentes da cobertura vegetal", explica Mataveli.

Uma das limitações do sistema para identificar mineração em terras indígenas, contudo, é a impossibilidade de classificar o garimpo em embarcações ancoradas em rios ou em pequenas áreas onde não ocorreu a conversão da floresta para essa atividade.

"Esse número alarmante do avanço da mineração em terras indígenas na Amazônia Legal que levantamos provavelmente é ainda maior se levamos em conta essas limitações do conjunto de dados utilizados", afirma Mataveli.

Data da notícia: **07/02/2023**

Título: **Despejo da Povo Sem Medo deixa 240 pessoas em situação indefinida em Curitiba (PR)**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/07/despejo-da-povo-sem-medo-deixa-240-pessoas-em-situacao-indefinida-em-curitiba-pr>

Quase um mês depois da execução de reintegração de posse na área Povo Sem Medo, no dia 10 de janeiro, a previsão de entidades e movimentos sociais críticos ao despejo,

infelizmente, foi confirmada: 240 pessoas se dividem entre a casa de parentes, abrigos temporários, volta ao aluguel ou então totalmente desabrigadas.

Em que pese o discurso de órgãos da gestão municipal, sobretudo a Fundação de Ação Social (FAS), a respeito de realocação e condições para os desabrigados, a realidade é que o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), que organiza e acompanha as famílias, afirma que 66 pessoas estão em aluguel mensal, dependendo de campanhas de arrecadação, e 73 estão de favor em casa familiares e amigos, em quartos apertados e situação incerta.

“Morando todos em um quarto ou garagem e precisando sair em menos de um mês”, descreve informe do movimento acessado pela reportagem do Brasil de Fato Paraná.

Na avaliação de Mariana Kauchakje, coordenadora do movimento, nesse período ficou nítido que a prefeitura de Curitiba não tem qualquer alternativa para as famílias, e sequer apresenta políticas públicas na área.

“Seja a FAS ou mesmo em reunião com o vice-prefeito, as respostas são todas admitindo que questão da moradia é um problema, mas todos se eximindo do problema, alegando que terrenos são muito caros, como se não houvesse instrumentos dentro do Estatuto das Cidades para ter prioridade para a compra de terrenos. É uma situação que eles admitem que não têm como dar conta, não tem verba e política pública”, critica.

Ainda de acordo com o movimento, na atual situação há também famílias que estão acolhidas por entidades como Cáritas, Núcleo Periférico e também em outras áreas de ocupação, de forma solidária, porém por curto período.

Do total de 240 pessoas, de acordo com o MTST, dez pessoas estão totalmente desabrigadas, num processo em situação de rua.

Data da notícia: **08/02/2023**

Título: **Sete mil famílias no Distrito Federal sofrem com conflitos de despejo**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/08/sete-mil-familias-no-distrito-federal-sofrem-com-conflitos-de-despejo>

O Mapeamento Nacional de Conflitos pela Terra e Moradia aponta que ao menos sete mil famílias do Distrito Federal são atingidas por conflitos, despejos ou estão ameaçadas de serem despejadas. O mapeamento mostra que a Capital Federal tem o maior número de famílias ameaçadas por despejos da região Centro-Oeste.

No Distrito Federal foram mapeados ao menos 30 conflitos de despejos e 829 famílias já foram despejadas, conforme o mapeamento. Outro dado que preocupa é que mais de 5.200 famílias estão ameaçadas de serem despejadas em Brasília.

De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) do Distrito Federal um dos casos mais graves é o de Santa Luzia, na região administrativa da Estrutural, com 4 mil famílias ameaçadas de despejo. O militante do MTST, Rud Rafael, defende que o governo do Distrito Federal deveria investir em infraestrutura e melhorias habitacionais para as famílias ameaçadas de despejo.

“Hoje o déficit habitacional do DF é de mais de 130 mil habitações e a população em situação de rua cresceu mais de 30% desde o início da pandemia”, destacou Rafael. O militante também chamou atenção para a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), acerca dos despejos, a partir da ADPF 828, seja incorporada no DF para que haja os espaços de prevenção e mediação de uma situação que ele classificou como de “calamidade e extrema segregação urbana”.

Para Geysa Costa, integrante das Brigadas Populares DF, os conflitos em relação à moradia preocupam muito, pois a oferta de programas habitacionais na Capital Federal é muito pequena. “Os conjuntos habitacionais são muito distantes e sem acesso a infraestrutura e para muitas famílias a única possibilidade de realizar esse sonho da casa própria são as ocupações”, esclareceu ela.

As Brigadas Populares têm atuado em áreas de iminente despejo e derrubadas como as ocupações perto do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil) e nas regiões Administrativas de Santa Maria, Ceilândia e São Sebastião.

“O governo do DF não respeitou a suspensão dos despejos durante a pandemia, mesmo com a decisão do STF. Agora tememos que esses despejos forçados se intensifiquem”, disse Geysa, destacando a existência de muita terra e imóveis públicos sem destinação que poderiam ser destinados a moradia de interesse social.

Data da notícia: **08/02/2023**

Título: **Garimpeiros seguem invadindo Terra Yanomami, revela operação do Ibama**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/08/garimpeiros-seguem-invadindo-terra-yanomami-revela-operacao-do-ibama>

Uma operação desencadeada nesta semana na Terra Indígena Yanomami pela fiscalização do Ibama, com apoio da Funai e da Força Nacional, é a primeira incursão de agentes do governo no território desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva com o propósito de “retomar o território” e debelar o garimpo que levou a uma tragédia humanitária entre os indígenas durante o governo de Jair Bolsonaro.

Pela primeira vez, o governo passou a reocupar bases que, nos últimos anos, haviam sido abandonadas pelo Estado ou tomadas pelos garimpeiros dentro do território. O primeiro

ponto reocupado é estratégico no rio Uraricoera. Por ali passam barcos usados para o abastecimento de diesel e alimentos de inúmeros garimpos.

A ação do Ibama, que começou sob sigilo nesta segunda-feira (6) e foi revelada pelo órgão nesta quarta-feira (8), revela que a invasão garimpeira ao território indígena ainda está longe de ser resolvida, apesar de vários vídeos e mensagens disseminados em redes sociais e grupos de garimpeiros indicarem que uma parte dos invasores já começou a deixar a terra indígena. Mas a realidade encontrada pelos fiscais do Ibama, segundo apurou a Agência Pública, foi bem diferente.

Líderes indígenas da região relataram aos fiscais que, nos últimos dias, mais barcos estavam subindo em direção aos garimpos com combustíveis e alimentos do que no sentido contrário. A informação foi confirmada pelo Ibama, que já conseguiu apreender três embarcações com cerca de 5 mil litros de combustível que seria usado para o abastecimento dos garimpos.

Além do combustível, os barcos apreendidos carregavam “cerca de uma tonelada de alimentos, freezers, geradores e antenas de internet”, como informou a assessoria do Ibama e do MMA (Ministério do Meio Ambiente). O volume de produtos demonstra a disposição dos garimpeiros de permanecerem nos locais de extração do minério.

Mensagens em grupos de garimpeiros também indicam que as atividades do garimpo seguem normais em outras partes da terra indígena, como na região de Mucajaí.

A incursão do Ibama no território Yanomami, batizada no Ibama de “Operação Xapiri”, referência a espíritos da floresta na cultura Yanomami, foi acompanhada de perto pelo presidente substituto do órgão, Jair Schmitt, que viajou a Boa Vista (RR). Durante a ação, os fiscais ambientais destruíram um helicóptero, um avião, cujas ligações com um empresário de Boa Vista (RR) serão investigadas, um trator de esteira, usado para abrir estradas na mata, e estruturas de apoio logístico ao garimpo. Foram apreendidas duas armas de fogo. A operação teve apoio de helicópteros modelo B4 do GEF (Grupo Especializado de Fiscalização) do Ibama.

Data da notícia: **10/02/2023**

Título: **Teoria conspiratória do Exército guiou ataques de Bolsonaro aos Yanomami, dizem especialistas**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/10/teoria-conspiratoria-do-exercito-guiou-ataques-de-bolsonaro-aos-yanomami-dizem-especialistas>

Se dependesse do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a Terra Indígena Yanomami não existiria. Quando era parlamentar, ele atuou para impedir a demarcação do território. Sua justificativa era que os indígenas poderiam se separar do Brasil e fundar um país independente, com ajuda de organizações não governamentais (ONGs). Conforme especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato, a ideia não tem lastro na realidade, mas está presente na cultura do Exército brasileiro.

Em 1995, o coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto publicou o livro chamado A farsa Yanomami, em que alertava para o suposto perigo do separatismo e chegava a questionar a existência dos Yanomami enquanto povo. Em janeiro deste ano, Bolsonaro usou a expressão "farsa da esquerda" para se referir à crise humanitária em Roraima.

A escolha das palavras não é coincidência, segundo João Roberto Martins Filho, estudioso da atuação das Forças Armadas na política e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

“Realmente o Bolsonaro colocou essa ideia dos militares no centro dos atos dele. Quando nós vemos hoje a situação dos Yanomami, que vai com certeza render ao Bolsonaro um processo internacional, nós vemos a que ponto chegou essa política de considerar os indígenas como praticamente inimigos. Não há dúvida nenhuma que isso aconteceu no governo Bolsonaro. Ele levou ao extremo essa interpretação das questões Yanomami”, analisa o especialista.

Na década de 1970 a ditadura militar abriu estradas na Amazônia, que provocaram conflitos e epidemias no território Yanomami, ainda não demarcado. As violações foram denunciadas por países da Europa e organizações do terceiro setor. As teorias conspiratórias sobre os Yanomami surgiram em meio a acusações de que o Exército estaria violando gravemente o direito dos indígenas.

O coronel e autor Menna Barreto morreu em 1995. Mas, segundo o pesquisador da UFScar, a mentalidade anti-indígena segue influenciando os oficiais do Exército.

"Os militares insistem muito nesse ponto de que um dia, por uma campanha internacional, aquela região dos Yanomami pode virar uma região contestada e ser reconhecida como território independente pela ONU [Organização das Nações Unidas]. Coisa que é absolutamente inverídica e fora de propósito. Mas esses são os mitos que vão sendo alimentados, principalmente dentro do Exército", afirma Martins Filho.

Data da notícia: **14/02/2023**

Título: **Alvo de madeireiros ilegais, povo indígena Guajajara é o que mais sofre violência no Maranhão**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/alvo-de-madeireiros-ilegais-povo-indigena-guajajara-e-o-que-mais-sofre-violencia-no-maranhao>

A omissão do governo federal nos últimos anos e o desmonte de políticas de proteção aos povos indígenas provocaram uma crescente onda de violência contra os povos originários em todo o país.

No Maranhão, os indígenas da etnia Guajajara, uma das mais numerosas do Brasil, têm sofrido com sucessivos ataques violentos, em especial de madeireiros ilegais.

No dia 9 de janeiro deste ano, dois jovens Guajajara foram alvejados quando caminhavam por uma rodovia que corta a Terra Indígena Araribóia, que compreende os municípios de Arame, Buriticupu, Amarante do Maranhão, Bom Jesus das Selvas e Santa Luzia.

Pouco depois, no dia 25 do mesmo mês, foi assassinado o indígena José Inácio Guajajara, em menos de uma semana depois, no dia 28 de janeiro, foi assassinado Valdemar Guajajara e no dia 31, foi assassinado também Raimundo Ribeiro, servidor de Secretaria de Saúde Indígena, também como conhecido como “doutorzinho” e casado com a liderança indígena, Marta Guajajara.

"Recentemente teve o assassinato de dois indígenas aqui no município de Arame, a situação está muito grave, então pedimos mais uma vez justiça, para que essas autoridades tomem providências o mais rápido possível. Precisamos de mais segurança. A população indígena está sofrendo ameaças, assassinatos de bandidos que vêm atacando o nosso povo, dentro da nossa reserva”, denuncia a liderança da aldeia Juçaral, Frederico Guajajara.

Segundo o Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, entre 2009 e 2022 foram assassinados 42 indígenas no Estado do Maranhão, sendo 32 Guajaras, 4 Kaapor, 3 Timbiras, 1 Kanela Apanyekrá, 1 Kanela Ramkokamekrá e 1 Gamela.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tem acompanhado os casos e aponta que a certeza da impunidade, quando se trata de crimes contra os povos indígenas, é um dos fatores que mantém os índices tão alarmantes.

“A violência contra os povos indígenas do Maranhão tem preocupado as lideranças indígenas pelo fato de que muitos desses crimes continuam sem que as pessoas possam estar respondendo, ou seja, estão impunes. A impunidade tem sido um fator preocupante no caso da violência contra os povos indígenas”, explica o coordenador regional do CIMI, Gilderlan Rodrigues.

Data da notícia: 15/02/2023

Título: Roraima tem 14 povos indígenas ameaçados por fuga de garimpeiros da Terra Yanomami

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/15/roraima-tem-14-povos-indigenas-ameaçados-por-fuga-de-garimpeiros-da-terra-yanomami.ghtml>

Com a fuga em massa de garimpeiros ilegais na Terra Indígena Yanomami, ao menos 14 povos indígenas estão ameaçados por uma possível migração dos invasores para outros sete territórios no estado. O levantamento é do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que acompanha o processo de retirada dos causadores da crise humanitária sem precedentes na maior reserva do país.

A preocupação do CIR é que a expulsão dos garimpeiros cause uma pressão do garimpo sobre as Terras Indígenas Boqueirão, Mangueira, Pium, Wai Wai, Jacamim, Araçá e Raposa Serra do Sol, provocando uma "epidemia de garimpo" em todo o estado.

Essas sete regiões são vizinhas às entradas e rotas de garimpo da Terra Yanomami. Caso sejam invadidas, além dos Yanomami, os povos Makuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Taurepang, Ye'kwana, WaiWai e outros seis grupos isolados podem ser afetados.

Na sexta-feira (10), o Conselho Indígena enviou um ofício ao Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), relatando a presença de garimpeiros nas regiões. No ofício, o órgão cobrou uma adoção de medidas para enfrentar as ameaças.

Essa hipótese de que garimpeiros em fuga possam ocupar outros territórios já havia sido levantada por especialistas ao g1, que acreditam que essa migração para outros garimpos não só em Roraima, mas também no Pará, pode gerar disputas e agravar os conflitos pelas terras.

Localizadas na região Tabaió, no município de Alto Alegre, ao Norte de Roraima, as Terras Indígenas Boqueirão, Mangueira e Pium se tornaram rotas de garimpeiros nos últimos anos.

Data da notícia: **14/02/2023**

Título: **Colombianos marcham a favor de reformas governamentais**

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79127/colombianos-marcha-m-a-favor-de-reformas-governamentais>

Diversos grupos sociais, políticos e sindicais colombianos se manifestaram nesta terça-feira (14/02) em apoio às reformas sugeridas pelo governo do presidente Gustavo Petro.

A mobilização em várias cidades do país sul-americano busca apoiar as mudanças que o atual governo vem promovendo e que visam maior equidade social para os colombianos.

As manifestações, convocadas pelo próprio presidente colombiano, e denominadas "O Grande Diálogo Social", também apoiam o projeto de lei pela saúde, que foi protocolado na última segunda-feira (13/02).

Em Medellín, a marcha principal partiu do parque Los Pies Descalzos, em direção ao parque Los Deseos. Várias marchas estudantis também estão planejadas com diferentes pontos de concentração e horários.

Outras cidades que aderiram a esta marcha além de Bogotá são Cali, Villavicencio, Sincelejo, Neiva, Popayán e Bucaramanga.

Data da notícia: **14/02/2023**

Título: **Víctimas de Senkata pedirán que jerarcas de la iglesia sean procesados como “autores mediatos” por las masacres de 2019**

Fonte pesquisada: <https://www.la-epoca.com.bo>

Link: <https://www.la-epoca.com.bo/2023/02/14/victimas-de-senkata-pediran-que-jerarcas-de-la-iglesia-sean-procesados-como-autores-mediatos-por-las-masacres-de-2019/>

La Paz-. (ABI). – La Asociación de Víctimas de la Masacre de Senkata pedirá a la Fiscalía ampliar la investigación por las masacres de Senkata, El Alto, y Sacaba, Cochabamba, en contra de los jerarcas de la Iglesia Católica de 2019 en su condición de “autores mediatos”, porque fueron parte de reuniones “donde se ha decidido la vida o muerte de ciudadanos”.

“Se le pedirá (a la Fiscalía) que investigue a la jerarquía de la Iglesia Católica en calidad de autor mediato, no como autor intelectual, material, cómplice o encubridor, sino como autor mediato, porque ha sido copartícipe en reuniones donde se ha decidido la vida o la muerte de ciudadanos, de hermanos en Cristo”, informó el activista de Derechos Humanos y representante de víctimas de Senkata, David Inca.

De acuerdo con Inca, la jerarquía de la Iglesia Católica de 2019 no solo propició las negociaciones “extra legislativas” para que Jeanine Áñez asuma la presidencia de Bolivia, sino que fue en contra de la Gaudium et Spes o Constitución Pastoral, en la que se recoge las palabras del apóstol Pablo quien dijo: “El peor pecado es aquel acto en el cual se utiliza la ley para hacer un acto de injusticia”.

“Se ha utilizado la ley para justificar, para ir en contra de los 10 mandamientos: no matarás. Sale un Decreto (Supremo 4078) que dice ‘puedes matar’; entonces, por lo tanto, va en contra de la doctrina social de la iglesia, va en contra del Gaudium et Spes”, insistió Inca en Wara TV.

El 14 de noviembre de 2019, el régimen de Áñez puso en vigencia el decreto 4078, conocido como el “decreto de la muerte”, que eximía a militares y policías de responsabilidad penal por las acciones en operativos como los ejecutados en Senkata y Sacaba.

El Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (GIEI), que investigó la violencia y muerte antes, durante y después de la crisis de 2019, dio a conocer que el decreto 4078 fue motivo de preocupación en organismos internacionales y organizaciones de la sociedad civil.

El GIEI indicó en su informe que el 28 de noviembre de 2019 se derogó el decreto. Para ese entonces, las masacres de Senkata y Sacaba, considerados por el equipo internacional como “los dos hechos de violencia con mayor número de víctimas mortales como resultado de un operativo conjunto entre FFAA y Policía”, ya habían acontecido, 15 y 19 de

noviembre, con más de una veintena de muertos por impacto de bala, cientos de heridos y detenidos.

Inca cuestionó que para entonces los jefes de la Iglesia Católica, que dicen propiciaron la pacificación del país entre el 21 de octubre y el 12 de noviembre de 2019, guardaron silencio sobre las masacres, de los miles de apresados y torturados, no emitieron "ningún pronunciamiento condenando esos hechos".

Data da notícia: **15/02/2023**

Título: **Exclusivo: Forças Armadas seguem ignorando pedido de ajuda para entregar alimentos aos Yanomami**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/15/exclusivo-forcas-armadas-seguem-ignorando-pedido-de-ajuda-para-entregar-alimentos-aos-yanomami>

As Forças Armadas ignoraram uma solicitação formal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), que pediu mais voos para agilizar a entrega de cestas básicas na Terra Indígena Yanomami (RR). O território, cuja maior parte é acessível apenas por transporte aéreo, vive uma crise humanitária provocada pelo garimpo ilegal.

A primeira solicitação para transportar quase 5 mil cestas básicas foi feita pela presidenta substituta do órgão indigenista, Janete Carvalho, no dia 2 de fevereiro de 2023. "A presente demanda justifica-se em virtude da escassez de tempo para amplo atendimento das comunidades com os atuais recursos logísticos desta entidade", diz o ofício da Funai.

O segundo pedido foi assinado dez dias depois, em 10 de fevereiro, pela presidenta da Funai, Joenia Wapichana. No documento, ela afirma que as 5 mil cestas básicas "já se encontram em Boa Vista (RR)" e cita a solicitação anterior, ressaltando que "a demanda ainda aguarda atendimento".

Os documentos são endereçados ao chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), o almirante de esquadra Renato Rodrigues de Aguiar Freire, e foram obtidos com exclusividade pelo Brasil de Fato.

Data da notícia: **15/02/2023**

Título: **Após reportagem do BdF, Forças Armadas enviam mais helicópteros para socorrer os Yanomami**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link:<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/15/apos-reportagem-do-bdf-forcas-armadas-enviam-mais-helicopteros-para-socorrer-os-yanomami>

As Forças Armadas acrescentaram três helicópteros à frota que faz ações humanitárias na Terra Indígena Yanomami (RR). Com isso, sobem para cinco os helicópteros militares que transportam alimentos e medicamentos às comunidades indígenas inacessíveis por terra.

A medida foi anunciada após sucessivos pedidos de reforço logístico feitos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e pela Defensoria Pública da União (DPU) desde o final de janeiro.

A solicitação do órgão indigenista foi ignorada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), conforme o Brasil de Fato noticiou com exclusividade nesta quarta-feira (15). Horas após a publicação da reportagem do Bdf, o site da FAB anunciou o uso das novas aeronaves.

"Os vetores [helicópteros] passam a compor a frota de modo a potencializar as missões de transporte aerológico, aumentando consideravelmente as capacidades operacionais para o cumprimento das missões", diz o texto da Força Aérea.

Data da notícia: **20/02/2023**

Título: **Mineração ameaça o maior território quilombola do Nordeste**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link:<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/20/mineracao-ameaca-o-maior-territorio-quilombola-do-nordeste>

Claudio Teófilo é morador do Calango, um das 119 comunidades no maior território quilombola do Nordeste: o Território Lagoas, que fica no sudoeste do Piauí. Por lá, a realidade pode mudar de um jeito imprevisível por causa da mineração.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), já foram abertos mais de 500 processos de análise da potencialidade mineral da região.

Cláudio lembra que, há pelo menos uma década, vê pesquisadores escavando, mas sem consultarem a população.

"Quando alguém das comunidades se aproximava, eles não aceitavam que as pessoas deles, os trabalhadores deles, conversassem com ninguém das comunidades, e nem aceitavam a gente da comunidade ficar por perto. Só em 2017 foi que ele entrou em contato com o senhor, lá na localidade de Morro Alto, oferecendo pra ele alguma vantagem, recurso, indenização e dinheiro - que este cidadão ia ficar muito bem de vida caso ele cedesse aquela área para eles instalarem o seu ponto de pesquisa. Aí já com perfuração."

Data da notícia: **22/02/2023**

Título: **Atiradores de chacina em MT têm passagens por roubo, porte ilegal de arma e violência doméstica**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/02/22/delegado-conta-detalle-s-de-como-ocorreu-chacina-em-bar-de-mt-nao-houve-desentendimento.ghtml>

A Polícia Civil informou que Edgar Ricardo de Oliveira, 30 anos, e Ezequias Souza Ribeiro, de 27 anos, autores da chacina que vitimou sete pessoas, entre elas uma adolescente de 12 anos, em Sinop, a cerca de 500 km de Cuiabá, nesta terça-feira (12), tem diversas passagens pela polícia. A dupla está foragida e foi solicitada a prisão temporária deles.

Conforme o delegado Bráulio Junqueira, responsável pelas investigações, Ezequias por porte de arma ilegal, roubo, formação de quadrilha, lesão corporal e ameaça, além de possuir um mandado de prisão em aberto. Já Edgar tem registro por violência doméstica.

O crime aconteceu depois que a dupla, que está foragida, perdeu algumas partidas de sinuca a dinheiro. Porém, conforme o delegado Bráulio Junqueira, responsável pelas investigações, testemunhas relataram em depoimento que o clima no bar estava tranquilo antes do crime.

Data da notícia: **25/02/2023**

Título: **Denuncian doble rasero y manipulación mediática contra Cuba**

Fonte pesquisada: <https://www.cubahora.cu>

Link: <https://www.cubahora.cu/politica/denuncian-doble-rasero-y-manipulacion-media-tica-contra-cuba>

En su perfil en Twitter el ministro de Relaciones Exteriores señaló que la casa matriz de Facebook tiene de encargado de sus políticas a una exjefe de campaña de un senador republicano anticubano.

Afirmó que la empresa privada sesga ideológicamente su más reciente informe (en el cual dio a conocer la remoción de cuentas “inauténticas” en Serbia, Cuba y Bolivia, supuestamente vinculadas a gobiernos o partidos políticos en el poder para difundir sus contenidos).

Rodríguez apuntó, asimismo, que en vez de utilizar como argumento el pago irrisorio de publicidad, servicio inaccesible para Cuba por el bloqueo de Estados Unidos, Meta debería explicar su propio comportamiento inauténtico y parcializado al permitir denigrar, estigmatizar y generar campañas de odio desde Florida contra la isla.

A pesar de los intentos por censurar nuestra voz e invisibilizar la verdad, los cubanos seguiremos defendiendo nuestra Revolución y su sistema socialista de justicia social, también en el terreno digital frente al hostigamiento y las operaciones desestabilizadoras, plasmó Rodríguez en la red social.

Data da notícia: **26/02/2023**

Título: **Órgãos públicos garantem que 206 trabalhadores resgatados em vinícolas terão verbas rescisórias**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/26/orgaos-publicos-garantem-que-206-trabalhadores-resgatados-em-vinicolos-terao-verbas-rescisorias>

Em entrevista coletiva no último sábado (25), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RS), a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Secretaria de Assistência Social do município de Bento Gonçalves confirmaram que 206 pessoas que trabalhavam em condições análogas à escravidão em vinícolas de São Bento, na serra gaúcha, terão acesso a verbas rescisórias.

A coletiva serviu para que o poder público gaúcho anunciasse os próximos passos da força-tarefa que investigará o grupo de empresários que usava a mão de obra dos trabalhadores para a colheita da safra da Aurora, Salton e Garibaldi.

A maioria dos trabalhadores resgatados, que possuem entre 18 e 57 anos, é oriunda de municípios da Bahia. Na noite de sexta-feira (24), eles receberam parte das verbas e começaram a voltar para seus estados natais em quatro ônibus fretados, com garantia de custeio da alimentação durante o trajeto. Do total, 12 trabalhadores permaneceram no Rio Grande do Sul, por serem residentes ou por não terem manifestado interesse em retornar.

As pessoas resgatadas trabalhavam para Oliveira & Santana, terceirizada que fornecia mão de obra para vinícolas e produtores rurais na época da colheita da uva. O proprietário da empresa é Pedro Augusto Oliveira Santana, que foi preso em flagrante na quinta-feira (23), mas foi solto após pagar fiança de R\$ 39.060.

O MPT negociou um primeiro Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Oliveira e Santana, para garantir o pagamento de R\$ 500 em dinheiro para cada trabalhador, como verba rescisória inicial.

A determinação do poder público é que a Oliveira & Santana acerte o restante da verba rescisória até 28 de fevereiro com os trabalhadores, via PIX, com comprovantes enviados ao MPT.

Data da notícia: **27/02/2023**

Título: Protestos contra reforma eleitoral podem redefinir corrida eleitoral no México

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79318/protestos-contra-reforma-eleitoral-podem-redefinir-corrída-eleitoral-no-mexico>

Milhares de mexicanos consternados foram à Praça Zócalo da Cidade do México no domingo em uma manifestação coletiva de dissidência contra a reforma eleitoral proposta pelo presidente Andrés Manuel López Obrador, conhecido pelo acrônimo AMLO. Políticos da oposição e organizações da sociedade civil uniram forças sob uma mensagem comum, de que as mudanças no Instituto Nacional Eleitoral (INE) não podem ser aceitas sem consentimento popular. Esta é apenas mais uma manifestação de uma população indignada, cujos protestos sobre este assunto se tornaram ainda mais fortes desde que começaram, há cinco meses.

Milhares de manifestantes tomaram as ruas e ocuparam a simbólica Plaza de la Constitución em frente à sede do Supremo Tribunal, exigindo que o Congresso escute suas exigências de reformas constitucionais. O ministro aposentado José Ramon Cossio falou apaixonadamente do pódio sobre a defesa da democracia e do respeito inabalável pela Carta Magna do país.

As modificações das leis eleitorais recentemente aprovadas pelo Poder Legislativo do México são fortemente contestadas e enfrentam um exame rigoroso no Supremo Tribunal do país. O ex-ministro Cossio endossa as críticas, afirmando que a Constituição salvaguarda a democracia ao possibilitar o equilíbrio entre poderes e o controle de políticos que atualmente ocupam posições governamentais. Isso garante uma importante proteção dos direitos dos cidadãos, apesar das tentativas do presidente López Obrador de silenciar os juízes da Suprema Corte que avaliam essas mudanças.

Foi a manifestação mais significativa desde que López Obrador foi eleito em 2018 e uma indicação de que seu partido está passando pelo período mais tumultuado até agora. As ruas estavam cheias de manifestantes desde o início da manhã e a mídia social viu um fluxo de imagens mostrando uma forte oposição em meio a uma solidariedade esperançosa para a mudança na política mexicana.

Data da notícia: **27/02/2023**

Título: Imputaron por femicidio a hombre de 21 años que asesinó a su pareja en San José de Mayo

Fonte pesquisada: <https://www.elpais.com.uy>

Link: <https://www.elpais.com.uy/informacion/policiales/imputaron-por-femicidio-a-hombre-de-21-anos-que-asesino-a-su-pareja-en-san-jose-de-mayo>

Este domingo fue imputado el hombre de 21 años que el sábado por la madrugada apuñaló y mató a su pareja, de 40, en San José de Mayo.

Luego de que Fiscalía remitiera las pruebas al juzgado letrado de San José de primer turno, el hombre fue formalizado por "la presunta comisión de un delito de homicidio muy especialmente agravado (femicidio)" y se le impuso la medida cautelar de prisión preventiva por el plazo de 180 días mientras avanza la investigación.

El hecho ocurrió en la madrugada del sábado en San José de Mayo. Un testigo informó que una mujer, caída en la vía pública, había sido trasladada por un hombre al hospital local. La víctima presentaba una puñalada en la espalda y falleció en el centro de asistencia. En tanto, el ahora imputado, fue detenido en el lugar.

Data da notícia: **27/03/2023**

Título: **Líder indígena do Equador morto a tiros; governo promete justiça**

Fonte pesquisada: <https://istoe.com.br>

Link: <https://istoe.com.br/lider-indigena-do-equador-morto-a-tiros-governo-promete-justica/>

Um líder indígena do Equador foi morto a tiros no domingo, denunciou a maior organização indígena do país, um crime atribuído a um "conflito do petróleo" e para o qual o governo prometeu justiça.

"ASSASSINADO Eduardo Mendúa, dirigente de Relações Internacionais da Confederação de Nacionalidades Indígenas (Conaie)", informou no Twitter o grupo, que no sábado anunciou a decisão de interromper o diálogo com o governo.

"Nosso companheiro estava em sua fazenda (na província de Sucumbío) quando homens encapuzados atiraram contra ele, um crime relacionado ao conflito do petróleo", acrescenta a Conaie.

O presidente equatoriano, Guillermo Lasso, disse que justiça será feita pela morte de Mendúa, também líder da nacionalidade cofán.

Data da notícia: **27/02/2023**

Título: **Organizaciones denuncian persistencia de desapariciones al norte del país**

Fonte pesquisada: <https://www.elsoldemexico.com.mx>

Link:<https://www.elsoldemexico.com.mx/mexico/sociedad/organizaciones-denuncian-persistencia-de-desapariciones-al-norte-del-pais-9686054.html>

Durante 2022, los estados de Nuevo León, Coahuila y Chihuahua, reportaron 247 casos de desapariciones de mujeres, según cifras de Sofía Velasco Becerra, coordinadora general de Ciudadanos en Apoyo a los Derechos Humanos (Cadhac).

En cuanto a feminicidios, éstas tres entidades representaron el 18 por ciento del total de los casos reportados a nivel nacional durante el año pasado.

Sobre las desapariciones, los 247 casos representan un aumento del 7.8 por ciento respecto a los del 2021 y del 43 por ciento con los del 2020.

Cadhac, el Centro para Derechos Humanos de las Mujeres (Cedehm) y el Centro para los Derechos Humanos Juan Fray de Larios anunciaron la campaña "Norteñas por la Verdad y la Justicia" en el marco del Día Internacional de la Mujer, y que por segundo año se lanza en Nuevo León.

Desde hoy y hasta el 10 de marzo, las tres organizaciones visibilizarán los nombres e historias de algunas mujeres desaparecidas o asesinadas en redes sociales, ya que buscan con su esfuerzo, que sus casos trasciendan las estadísticas.

Velasco Becerra comentó que pese a que se tienen leyes y herramientas, los números no disminuyen.

Se refirió a la creación de leyes para personas desaparecidas y para temas de violencia de género, instituciones, mecanismos como la alerta de género, institutos municipales y estatales de la mujer, incluso Nuevo León tiene una Secretaría de las Mujeres.

Data da notícia: **28/02/2023**

Título: **Atos golpistas: cúpula das Forças Armadas diz concordar com decisão sobre julgamento de militares no STF**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link:<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/02/28/atos-golpistas-cupula-das-forcas-armadas-diz-concordar-com-decisao-sobre-julgamento-de-militares-no-stf.ghtml>

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, de centralizar na Corte o foro para julgamento de militares suspeitos de envolvimento nos atos de 8 de janeiro, foi recebida com naturalidade por integrantes da cúpula das Forças Armadas.

Em conversa com o blog, militares disseram "concordar integralmente" com a decisão do ministro do Supremo.

Segundo eles, os crimes militares são os que estão previstos no Código Penal Militar e quem "atuou como militante" deverá responder à Justiça comum.

Ou seja, se algum militar teve uma participação política no dia dos atos golpistas ele terá de responder na mesma condição de um civil, na Justiça comum. Neste caso, no STF.

Após a conclusão, o resultado será encaminhado para o Ministério Público decidir se faz ou não uma denúncia. E, neste caso, terá de fazer a denúncia ao Supremo Tribunal Federal.

Além desse inquérito, o ministro Alexandre de Moraes autorizou a PF a investigar tanto militares como policiais militares que são suspeitos de terem se omitido durante as manifestações que resultaram em invasão dos prédios dos Três Poderes.

Em sua decisão, Alexandre de Moraes disse que o STF já concluiu anteriormente que crimes de militares não são crimes militares e, por isso, têm de ser julgados na Justiça comum, e não na militar.